



## AMANHÃ, DIA 02 DE FEVEREIRO É DIA DE FESTA. O NOSSO TRIBUNAL COMPLETA 40 (QUARENTA ANOS) DE INSTALAÇÃO

*Discurso do Desembargador Brasilino Santos Ramos*

O TRT da 10ª Região foi criado pela Lei nº 6.297, de 7 de julho de 1981, e foi instalado em 2 de fevereiro de 1982, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e os estados de Goiás (antes da criação do Tocantins), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que posteriormente foram desmembrados, respectivamente, em 1990 (TRT da 18ª Região - Goiás), em 1992 (TRTs da 23ª Região (Mato Grosso) e da 24ª Região (Mato Grosso do Sul)). Em 1988, com a criação do Estado do Tocantins, a Décima Região passou a ter também jurisdição sobre essa nova unidade da Federação. O Tribunal teve com primeiro presidente o Juiz Herácito Pena Júnior.

Anteriormente, pertencia a jurisdição do TRT da 3ª Região (MG). Em 1961 foi inaugurada a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília, sob o comando do Juiz Gustavo Penna de Andrade. Até 1979, foram instaladas 8 Juntas de Conciliação e Julgamento em Brasília.

Nesse mesmo período houve movimentos para a criação de um TRT em

Brasília, com ações de diversos segmentos da sociedade civil, principalmente entidades sindicais de empregados e empregadores.

Celebrar os 40 anos do Tribunal é honrar todos que pensaram, idealizaram, implementaram, construíram e fizeram crescer esse grande sonho, TRT da 10ª Região.

Foram momentos de dificuldades, lutas e conquistas que consolidaram a importância da Décima Região na resolução dos conflitos trabalhistas e a tornaram mais forte para lidar com os desafios contemporâneos do Direito do Trabalho, incluindo a superação das adversidades do momento atual e a ampliação do acesso à justiça.

Alguns destaques desses 40 anos do TRT da 10ª Região sem prioridade de importância, pois são muitas as conquistas:

- Participação feminina na presidência do Tribunal - Desembargadora Heloísa Pinto Marques (1988 – a primeira mulher juíza), entre outras colegas a Desembargadora Maria de Assis Calsing (1996); Desembargadora Terezinha Célia Kineipp Oliveira (2000); a Desembargadora Flávia Simões Falcão (2006); a Desembargadora Elaine Machado Vasconcelos (2012) e a

Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães (2018).

- Modernização administrativa e tecnológica, buscando sempre a excelência do desempenho da prestação jurisdicional. Destaca-se: 1988 – Sistema pioneiro de teleprocessamento que interligou o TRT10 ao TST (embrião da Rede Nacional de Dados da Justiça do Trabalho); 1990 – Estudos para criação do Sistema de Acompanhamento Processual; 1998 – O Sistema de Informações Processuais do TRT10 recebeu Certificado ISO 9002 por ter normatizado e uniformizado todos os procedimentos administrativos relacionados à tramitação dos processos, sob a presidência da Juíza Maria Assis Calsing (primeira juíza concursada do TRT10 a assumir a presidência); 2003 – Primeira sessão informatizada do Tribunal Pleno; 2006 – Lei 11.419 autorizou a implantação do sistema informatizado de tramitação dos processos judiciais (PJE); 2006: Convênio com o Tribunal de Justiça do TO para uso dos fóruns da Justiça Comum para audiências trabalhistas da Justiça Itinerante; 2013 - Acordo de cooperação técnica com o TRF-4 para a implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI); 2014 - Instituído no TRT 10 juízo especializado em Infância e Juventude; 2020 – Primeira posse totalmente virtual em virtude da pandemia do Coronavírus.

- Valorização das pessoas, seja ela interna ou externa, entre outras ações, pode-se destacar: Ordem do Mérito de Dom Bosco (1991), Prêmio Servidor 10 (2007), Homenagem por Tempo de Serviço aos Servidores (2010); Homenagem por Tempo de Serviço aos Magistrados (2019).

- Formação de magistrados e servidores: Escola Judicial. Uma das melhores instalações físicas entre as Escolas dos TRTs.

- Melhoria das instalações do Tribunal: Sede, Escola Judicial, Foros Trabalhistas de Brasília, Taguatinga, Palmas e Araguaína, além das Varas do Trabalho do Gama, Dianópolis, Guaraí e Gurupi.

- Implantação dos Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUCs) no Foro Trabalhista de Brasília, Taguatinga, Palmas e Araguaína;

- Em 2020 e 2021, as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 exigiram de todos os servidores e magistrados uma completa reorganização do fluxo de trabalho, bem como adaptação com a utilização de recursos tecnológicos, com ambiente de trabalho remoto (home office), sempre garantindo a continuidade do atendimento ao jurisdicionado.

- 2020/2021 – Apesar das restrições orçamentárias foi possível a nomeação de 49 (quarenta e nove) servidores, sendo 14 (catorze) por redistribuição e os demais nomeados e aproveitados em concurso público de outros Tribunais.

- 2021 – inauguração do moderno Foro Trabalhista de Taguatinga. Ao longo desse ano teremos muito a celebrar com diversas atividades em uma agenda de comemorações.

- O TRT se integrou à Agenda 2030 da ONU, com o cumprimento da Meta 9 do Poder Judiciário, especificamente o item 8.8, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8, com a promoção da promoção dos direitos trabalhistas, especialmente do trabalho seguro, do combate ao trabalho infantil e da erradicação do trabalho escravo.